

ELEIÇÕES 2014 Cientista político Ranulfo Paranhos destaca persistência de nomes na seara eleitoral

'Falta oxigenação no cenário político de Alagoas'

FELIPE FARIAS
REPÓRTER

Para o cientista político Ranulfo Paranhos, o eleitor que acreditar que o próximo governador fará uma revolução ou algo parecido na educação em Alagoas estará tão enganado quanto enganará o candidato que prometer isso. A resposta pode parecer frustrante para o eleitor, mas vem calcada nos mesmos elementos da ciência política que há cerca de 70 anos já consolidou a concepção de que, nos moldes em que é hoje, em muitos países, "eleição é mercado e os candidatos, produtos".

"O que não é um fenômeno apenas daqui", frisa o professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, com mestrado e doutorado em Ciência Política.

Nesta entrevista, Paranhos analisa esse e outros aspectos da conjuntura local e nacional, reflexos das manifestações, voto de protesto e projeções para o momento mais importante para o brasileiro, enquanto eleitor, em menos de uma semana.

Gazeta. Sob o prisma da ciência política, que análise se pode fazer das eleições deste ano em Alagoas?

Ranulfo Paranhos. Se pensarmos pela forma mais ampla, na eleição para a Presidência da República, eu acho que o quadro, na forma em que está — ou seja: com os dados que foram apresentados — não teremos grandes surpresas. Pelas tendências, não daria tempo, por exemplo, para a Marina [Silva, candidata do PSB] entrar em decadência e o Aécio [Neves, PSDB] superá-la. E, conseqüentemente, nós também não temos nenhum fato novo, forte o suficiente para evitar o segundo turno. Nós teremos segundo turno, sim, e a probabilidade de que dê Marina e Dilma é muito grande.

Na conjuntura local, como seria?

Em relação ao estado de Alagoas, a possibilidade é de não termos segundo turno. Mas há uma questão política mais importante nisso: é a falta de oxigenação dos quadros políticos no estado de Alagoas. E se eu não tenho oxigenação dos quadros, dificilmente eu terei novas propostas de políticas públicas. Essa tem sido uma característica muito forte da política de Alagoas nas últimas décadas. E eu acho que a gente ainda vai passar umas duas ou três décadas nesse mesmo ritmo. Porque os grupos continuam a ser os mesmos. Não existem grandes propostas. Até o [prefeito] Rui Palmeira, em 2012, não foi a "grande" solução para as políticas públicas da capital. Ele, também, na verdade, faz parte de um grupo político e os grupos políticos é que determinam as agendas. Obviamente que, como parte desses grupos, você precisa fazer acordos, determinar o que vai ser feito. Nós não temos mudanças do ponto de vista estrutural, dados os quadros que estão aí. Mudanças, do ponto de vista de novidade, de novas políticas públicas ou de soluções.

Na prática, isso significa que o quadro social de Alagoas permanecerá.

Possivelmente, o quadro da educação não se altere para melhor, significativamente. O quadro de geração de emprego e renda também não deve ter grandes alterações. Ou seja: com mudanças para melhor. E conseqüentemente, em relação à pasta que mais chama a atenção em Alagoas, da Segurança Pública, também creio que não terá grandes alterações. Na época de eleição, o questionamento que mais se faz é: tem como mudar essa realidade adversa que vivemos? E acrescento: dá para mudar,

com a atual conjuntura social, de baixos índices de IDH [Índice de Desenvolvimento Humano, indicador usado pela ONU para medir qualidade de vida] e, em especial, o alto analfabetismo? A gente sabe que a base da conscientização política, da conscientização do cidadão em relação à coisa pública, está diretamente relacionada à formação educacional. Se eu tenho um estado cujos índices de educação são os piores do País, conseqüentemente eu vou ter tudo o que for de reflexo dessa educação mal formada. A gente compara os índices de Alagoas nesse campo ao de países da América Central, da Ásia, da África. E com isso você tem baixos níveis de formalização do mercado de trabalho, conseqüências na qualidade da mão de obra ofertada e conseqüentemente eu vou ter dados de violência sempre crescentes.

E qual o principal reflexo desse cenário para a sociedade?

Não é a coisa mais secreta do mundo descobrir por que Maceió é uma cidade tão violenta. Porque os níveis de educação são muito baixos. Agora, mudar isso é um processo que demanda tempo, força de vontade e capacidade técnica. Não basta o político dizer: "ah, eu vou mudar". Se ele não tiver um corpo técnico forte o suficiente para mudar o quadro educacional do Estado, ele não muda. E outra coisa: nós não teremos nos próximos quatro anos uma redução significativa dessa taxa de analfabetismo que beira, salvo engano, os 25% ou mais. Ela não vai ser reduzida para 10%. Ledo engano do político que vender essa promessa ou do eleitor que acreditar nisso. Aspectos como a violência e as condições gerais de vida da população estão diretamente ligados à educação.

Está na base de todos os demais.

Os principais educadores para apurar o IDH são educação, emprego e expectativa de vida. E desses três elementos, dois dependem diretamente da educação. A educação responde por esses outros dois.

Mas como o senhor observou no começo: vontade política, nessa dimensão, não deverá haver, já que o compromisso maior é com o próprio grupo político.

Se eu tenho o mesmo grupo político há duas décadas ocupando a agenda de políticas públicas em Alagoas, a proposta de manutenção do grupo é muito mais forte do que fazer reformas sociais. Talvez até pensem e queiram bons projetos porque o político, no final das contas, tem para si que o reflexo de uma boa gestão se concretiza, vem enquanto retorno, na forma de votos. Mas essa boa gestão depende de um grupo novo, um grupo oxigenado. Um grupo com propostas novas. E não é o que a gente tem aqui no estado de Alagoas há um bom tempo. Esse grupo aí é da década de oitenta. Você substitui um ou outro. Mas é um grupo que está aí há vinte anos.

Então as eleições não devem ter nenhum diferencial? Uma particularidade do pleito deste em relação aos anteriores: não há nenhuma?

Eu acho difícil. A gente não tem grandes novidades. O diferencial para o estado de Alagoas talvez seja, para os próximos anos, a derrocada do PSDB. Do ponto de vista partidário, o PSDB entra em decadência. Um governador que não consegue indicar seu vice. E ao que parece, a única preocupação do governador é fazer um deputado federal. O que é uma expectativa muito baixa para um governador de expressão nacional como é o Teotônio Vilela Filho. O partido pode ser que reproduza a composição na As-



Para o cientista político Ranulfo Paranhos, é o eleitor médio, com baixa escolaridade e noção da coisa pública, quem se deixa convencer pela imagem 'de momento' passada pelos candidatos

RANULFO PARANHOS
CIENTISTA POLÍTICO

"O que se esperava era que aqueles movimentos de junho, julho e agosto do ano passado elevassem muito o nível de consciência da população, de que houvesse o chamado voto punitivo. Mas o que é que os números estão mostrando? O que mostram as intenções de voto? Mostram que não"

sembleia Legislativa e faça um ou dois deputados federais. Mas do ponto de vista de força política, o PSDB perde muito porque os quadros da Assembleia Legislativa são pouco alinhados com os partidos. Os deputados estaduais são personalistas. Os deputados estaduais do estado de Alagoas estão muito preocupados com a própria imagem, com a própria reeleição, com o próprio subgrupo dele e não com o partido como um todo. Quando o governo deixa de pertencer ao PSDB, essa base que está na Assembleia vai perder força. E então esses deputados estaduais vão ser mais personalistas ainda. E o que não é novidade: que o PMDB tem crescido ano a ano. É o grupo que vai dominar [a política local] de forma mais hegemônica.

Que análise o senhor faria sobre essa trajetória de Vilela? Quando foi eleito pela primeira vez, a vitória era dada como certa para o adversário dele, na época o empresário João Lyra. Ele chegou ao governo, se reelegeu, mas o deixou nessas condições, sem nem indicar o sucessor.

Do ponto de vista de gestão, o Teotônio é um fiasco. A própria avaliação popular do nome dele é muito baixa. Algo perto de 25%. Ou seja: um quarto da população aprova o governo Teotônio Vilela Filho. E três quartos rejeitam. Isso é muito negati-

vo. Mas esses quadros da eleição sobre João Lyra e reeleição sobre o ex-aliado Ronaldo Lessa apontam mais uma vez para a falta de nomes, de renovação, de novas propostas — e de propostas em que se possa acreditar. Essa falta de um nome novo talvez seja a principal causa da manutenção do nome do Téo à frente do governo do Estado. Depois, aparece Rui, que vira prefeito da capital, a principal cidade do estado. Por quê? Porque é "vendido", é apresentado como algo novo. Modelos democráticos dependem essencial de circulação, renovação. Quando isso não acontece há um enraizamento do grupo na máquina pública, e aí a máquina passa a funcionar para ele e não para os demais grupos sociais.

Para o eleitor, isso soa bem frustrante.

Mas o alagoano talvez não deva se punir tanto em relação a isso. Quais são as opções políticas dele? São boas? Não, não são boas. Mas no Rio de Janeiro, o [ex-governador Anthony] Garotinho estava liderando as intenções de voto. Até o Pezão tê-lo ultrapassado recentemente. Em Brasília, o [José Roberto, ex-governador] Arruda, até ser proibido de ser candidato, liderava as intenções de voto. Ou seja: essas são figuras públicas não desejadas para os cargos políticos. Essa falta de opções não é um fenômeno só nosso. Está inimaginavelmente no Rio de Janeiro, terceiro maior colégio eleitoral do País. Está em Brasília, o centro de tudo. O próprio TSE [Tribunal Superior Eleitoral] está lá. Mas o Arruda liderava as intenções de voto.

Mas não seria uma espécie de se consolar pelo pior? Já existe um descrédito tão grande. Há alguma forma de estimulá-lo? Há perspectivas?

Infelizmente, temos uma figura chamada eleitor médio. É a maioria: uns 80% do eleitorado. É o indivíduo com baixo conhecimento e baixa informação sobre coisa pública, sobre eleições. Ele entende pouco, ele conhece pouco dos cargos, qual a função dos cargos. A probabilidade de

um político de passado escuso fazer uma boa gestão é muito baixa. Ele vai se envolver novamente, vai ser recorrente. Mas o eleitor médio não percebe isso. O eleitor médio é um sujeito de escolha quase que de momento. Ele se influencia pela imagem do candidato que é passada naquele momento. Fazendo uma comparação: candidato é como uma caixa de sabão em pó. Você vai economizar mais, vai dar um cheiro melhor nas roupas, limpar mais. Vai estar à sua altura na prateleira. Você passa por ele, vê; relação custo benefício — o preço é menor — é melhor. Você leva aquele. Eleição é um mercado e candidatos são produtos. Já se vão uns 70 anos que esse tipo de teoria caminha dentro da Ciência Política. Já o eleitor crítico, aquele formador de opinião, aquele que mais lê, mais se preocupa, tem que acreditar numa coisa chamada incerteza. O que mantém as democracias são as incertezas, ou seja: o indivíduo só se candidata a um cargo eletivo e você só sai de casa para votar porque não se sabe o resultado final. O que assegura a democracia é esse nível de incerteza, ainda que ele seja muito pequenininho. Qual a expectativa para daqui a quatro anos? De que melhora. Então, para o eleitor de melhor é acreditar nessa incerteza, de que o futuro vai melhorar.

Uma questão externa aos políticos e sobre a qual havia expectativa que refletisse nas eleições de 2013. Elas não deverão pesar, não é?

O que se esperava era de que aqueles movimentos de junho, julho e agosto do ano passado elevassem muito o nível de consciência da população, de que houvesse o chamado voto punitivo. Mas o que é que os números estão mostrando? O que mostram as intenções de voto? Mostram que não. E em Alagoas muito menos. A gente tinha esperança. Mas essa esperança se esvaiu. Um resultado claro disso é que a Heloísa [Helena] perderá a eleição para Fernando Collor. ◻